

# Dívida leva PT-SP a pedir recuperação fiscal

Diretório estadual aderiu ao Refis, que desconta mensalmente R\$ 21 mil das contas do partido do presidente Lula; dificuldades financeiras dizem respeito principalmente a despesas com campanhas passadas

BRUNO GOMES  
bruno.gomes@globo.com.br

O diretório estadual do PT em São Paulo aderiu ao programa de recuperação fiscal para liquidar dívidas tributárias com a União. A legenda paulista aparece com uma dívida total de R\$ 2,8 milhões na lista de devedores da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), onde consta os contribuintes que estão inscritos em dívida ativa e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O valor total das obrigações não pagas negociadas no Refis, no entanto, não foram divulgadas.

O PT-SP, ao qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é filiado, vem enfrentando dificuldades financeiras nos últimos anos, inclusive com o bloqueio de verbas do Fundo Partidário. A situação já atinge diretamente quadros petistas: recentemente, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, teve ativos financeiros bloqueados pela Justiça de São Paulo após a legenda não pagar uma dívida de sua campanha para o governo de São Paulo, em 2014.

## "PARCOS RECURSOS"

O aperto nas contas do principal diretório estadual do PT é detalhado em manifestações judiciais, como forma de pleitear mais tempo para pagar os débitos em diferentes ações. Foi o que



Negociação. Militantes do PT em campanha em São Paulo: o diretório paulista pediu recuperação fiscal

**R\$ 2,8**  
milhões

É a dívida total do PT de São Paulo na lista de devedores da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

aconteceu em um processo onde a União pede a devolução de R\$ 267 mil por irregularidades na prestação de contas de 2020.

"O partido petista não é detentor de patrimônio líquido e mantém suas atividades com recursos oriundos de doações, emendas e recursos do Fundo

**R\$ 1,7**  
milhão

É o valor de gastos não declarados pelo partido em São Paulo, o que levou ao bloqueio de 50% do Fundo Eleitoral pelo Justiça

Partidário que são suficientes apenas para fazer frente às suas atividades mais essenciais, sem nenhuma sobra relevante", diz a manifestação, acrescentando que o partido sofre "série de penhoras" decorrentes de processos distribuídos na Justiça comum.

Na mesma manifestação, o PT ainda fala em situação

**R\$ 21mil**  
mensalmente

É o valor descontado das contas da legenda paulista desde que aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal

"extremamente delicada" das finanças e conta que aderiu à recuperação fiscal, que desconta, mensalmente, R\$ 21 mil. A informação foi revelada pelo site "Metrópoles" e confirmada pelo GLOBO. Além desse montante, o PT sofre com bloqueio de 50% do Fundo Partidário, determinado pela Justiça

Eleitoral após a legenda não declarar R\$ 1,7 milhão de gastos com candidaturas em 2016. Há também bloqueios em ações cíveis, em razão do não pagamento de credores. Em nota, o diretório disse que cumpre decisões da Justiça Comum e Eleitoral, que têm impacto nas suas receitas. "Todas as informações referentes aos seus ativos e passivos são transparentes e estão publicadas nos canais oficiais da Justiça Eleitoral". As dívidas do diretório estadual dizem respeito principalmente a despesas de campanhas passadas que ainda não foram quitadas pelo PT. De acordo com as informa-

ções prestadas pelo partido à Justiça Eleitoral, parcela significativa desse passivo foi contrada há cerca de uma década, antes da proibição, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), das doações de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais. Diante desse cenário, o partido assumiu as obrigações financeiras de seus candidatos, mas enfrentou dificuldades de cumpri-las por conta da diminuição de arrecadação.

## FUNDO IMPACTADO

O acúmulo de dívidas de anos anteriores tornou-se um desafio complexo para o PT especialmente porque o Fundo Eleitoral só pode ser utilizado para a eleição em curso, ou seja, em um ano específico. Além disso, metade do Fundo, que seria outra fonte importante de recursos, está suspenso por decisão da Justiça Eleitoral.

Tudo esse cenário fez o PT de São Paulo aderir ao Programa de Recuperação Fiscal, o "Refis", que facilita a regularização de pessoas jurídicas com dívidas com a Receita Federal. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Como o partido tem um CNPJ próprio, ele pode solicitar a adesão ao Refis, assim como qualquer outra empresa ou entidade. Em geral, são oferecidos descontos em multas e juros, além de parcelamento prolongado para que se regularize sua situação.

## TRE-AM cassa mandato de presidente da bancada evangélica

Corte apontou irregularidades em gastos de campanha; deputado vai recorrer

JULIA NOVA  
juliano.nova@globo.com.br

O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) cassou o mandato do presidente da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, o deputado Silas Câmara (República-AM), por irregulari-

dade em gastos durante as eleições de 2022, quando foi reconduzido ao cargo. Ao g1, o parlamentar disse que vai recorrer da decisão.

Câmara foi cassado pela maioria dos votos, sendo quatro a favor e dois contra. De acordo com o processo, ele teria fretado aeronaves sem a devida prestação de contas à

Justiça Eleitoral. O nome do parlamentar, no entanto, não estava na lista de passageiros dos voos. Ele teria dado carona a seu irmão, o então candidato a deputado estadual Dan Câmara, que foi eleito à Assembleia. Segundo o Ministério Público Eleitoral (MPE), Silas ainda teria fretado uma aeronave para viajar a

Rio Branco, enquanto comparecia a uma cadeira do Amazonas no Congresso.

"Por essa razão, a comprovação da irregularidade de despesas realizadas com o fretamento de aeronaves revela destacada gravidade, porque corresponde à possibilidade de acesso a municípios e a eleitores inalcancáveis para a maioria dos candidatos ao pleito proporcional", defendeu o juiz Pedro de Araújo Ribeiro, relator do caso no TRE-AM.

Anteriormente, as contas de Silas Câmara haviam sido aprovadas com ressalvas pelo tribunal eleitoral do estado justame-

mente em função dos gastos com aeronaves. Na época, o deputado não teria conseguido comprovar a origem dos recursos para o fretamento, que ultrapassaram R\$ 390 mil, o equivalente a mais de 10% de gastos de campanha.

A decisão pela cassação ainda não é final, e Câmara pode recorrer ao Tribunal Superior

Decisão. Silas Câmara em sessão no Congresso: mandato suscitou



## Tribunal antecipa julgamento de ação contra Moro

Depois de sistema interno do tribunal registrar a data de 19/2, desembargador pautou análise do caso para semana que vem

RAFAEL MORAES MOURA  
rafael.moraes@globo.com.br

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) decidiu antecipar o julgamento das ações que podem levar à cassação do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) por abuso de poder econômico durante a pré-campanha em 2022. Por decisão do desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, os processos foram incluídos na pauta de 8 de fevereiro, informou o TRE ao blog da colunista Malu Gaspar, do GLOBO. A inclusão foi feita por Moura no seu último dia de atuação na Corte.

O sistema interno do tribunal paranaense havia registrado inicialmente o julgamento para 19 de fevereiro, mas a data ainda tinha de passar pelo crivo de Moura. O presidente do TRE não teria sido consultado pelo relator das ações, o desembargador Luciano Carrasco Falavinha, sobre o agendamento do caso, o que irritou integrantes do tribunal.

Como Falavinha liberou as ações para análise na terça-feira, Moura não vai participar da discussão. Em seu lugar, entra o desembargador Sigurd Bengtsson, que comandará a sessão.

Ao longo das últimas semanas, Falavinha priorizou

o caso de Moro e deixou para segundo plano os processos sob a sua responsabilidade que tramitam no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), corte onde também atua. O relator pediu uma licença de duas semanas do TJ do Paraná, entre 8 e 20 de janeiro, para a "prestação de serviços à Justiça Eleitoral". Falavinha tem sinalizado a interlocutores que faz questão de apresentar um voto longo e aprofundado, devido à relevância do caso, às centenas de documentos apresentados pelo União Brasil, Podemos, PLE e a coligação de Lula — os dois últimos, autores das ações — e às suas repercussões tanto



Data definida. O ex-juiz e hoje senador Sergio Moro: julgamento marcado

no meio político quanto no jurídico. O TRE é composto por sete juízes titulares, mas atualmente uma vaga está em aberto. A legislação eleito-

da, no entanto, o mandato do juiz Thiago Paiva foi encerrado, bem como de seus dois substitutos.

A lista tripartite para o lugar de Paiva será analisada pelo plenário do Tribunal Superior Eleitoral hoje, o que vai abrir caminho para Lula escolher o novo integrante do TRE paranaense. Segundo fontes, há dúvidas se haverá tempo suficiente para, no intervalo de apenas uma semana, Lula definir o novo juiz e o escolhido ser empossado no tribunal.

No mês passado, o Ministério Público Eleitoral pediu a cassação de Moro e sua inelegibilidade por oito anos por prática de abuso do poder econômico nas eleições de 2022. O PT e o PL acusam o senador de prática de caixa 2, abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação social. Moro nega.